

ILUSTRÍSSIMOS SENHORES INTEGRANTES DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO –
DEPARTAMENTO DE MINAS GERAIS

Ref.: Impugnação ao Edital - PREGÃO ELETRÔNICO SESC EM MINAS Nº 000047-24

A TRUCK WAY IMPLEMENTOS RODOVIARIOS LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº 49.260.879/0001-08, com sede em Almirante Tamandaré - Paraná, respeitosamente, à presença de Vossas Senhorias apresentar sua impugnação ao Edital.

Em decorrência do objeto da presente licitação, há determinadas exigências que prejudicam a concorrência, resultando na ampla redução da competitividade, conforme será exposto a seguir.

Da tempestividade

A licitação em epígrafe tem sua sessão pública de abertura agendada para o dia 10 de junho de 2024 às 09:00, com o edital de licitação estabelecendo no item 4.1 e 4.1.1. o prazo de encerramento para interposição de impugnação nos seguintes termos:

4.1 Quaisquer pedidos de esclarecimentos ou impugnações relativos ao presente Edital e Anexos deverão ser devidamente identificados (preferencialmente contendo nome empresarial, CNPJ, telefone, e-mail) e encaminhados à Comissão Permanente de Licitação do Sesc em Minas, para o endereço eletrônico cplicitacao@sescmg.com.br, até 02 (dois) dias úteis anteriores à data de abertura da Sessão de Licitação, no horário limite das 17h00, exclui-se da contagem a data da sessão.

4.1.1 O prazo para apresentação de esclarecimentos ou impugnações se encerra às 17:00 do dia 05/06/2024.

Nestes termos, deve ser a presente Impugnação declarada plenamente tempestiva.

Dos fatos e fundamentos

Ao analisar o objeto do EDITAL, a empresa impugnante detectou vícios que põem em risco a competitividade na licitação. O vício em questão refere-se ao objeto da licitação, que exige o fornecimento de um caminhão com implemento tipo baú totalmente equipado. O fornecimento do caminhão chassis pela contratada aumentaria os custos de maneira a gerar um valor agregado desproporcional ao contratante, comprometendo assim o propósito da licitação de buscar a contratação do bem mais vantajoso possível.

A licitação é um procedimento administrativo disciplinado por lei e por um ato administrativo prévio, que determina critérios objetivos visando a seleção da proposta de contratação mais vantajosa e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável [...] Justen Filho (2014, p.495)

Como dito antes, a aquisição do caminhão pela contratada e o repasse do mesmo para a contratante aumentará o valor final da proposta, elevando consequentemente os custos de produção desnecessariamente, dado que não há obtenção de lucros pela contratada, tornando tão somente onerosa a aquisição do caminhão chassis tanto para a fornecedora quanto para a contratante. Observando que ao comprar o caminhão chassis, será gerada uma nota fiscal de compra e, portanto, o pagamento de impostos, e a entrega final do objeto para a contratante gerará outra nota fiscal com mais impostos, aumentando ainda mais os custos para a contratante, podendo ultrapassar 40% (quarenta por cento) do valor agregado apenas no valor do caminhão chassis. Reiteramos que isso representa o pagamento de encargos equivalentes a quase metade de um caminhão, que poderia ser adquirido separadamente do baú pelo órgão licitante. A negligência a esse respeito é ignorar completamente o princípio da economicidade e com isso se perde qualquer vantagem na licitação, como estabelecido no Artigo 5º da lei 14.133/21.

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, **da economicidade** e do desenvolvimento nacional sustentável.

Ainda sobre o objeto, essa exigência de fornecer o caminhão chassis e baú em um único lote se demonstra igualmente desproporcional, pois fere a igualdade de condições entre os licitantes. Empresas fabricantes de caminhões não podem participar do certame, pois não fabricam baús e não possuem a qualificação técnica exigida no edital para tal. Por outro lado, empresas que fabricam baús estariam plenamente habilitadas a participar, mesmo não fabricando caminhões, o que fere o princípio da Isonomia como descreve Hely Lopes Meirelles (2003, p. 26).

Por outro lado, visando a propiciar as mesmas oportunidades aos que desejam contratar com o Poder Público, a licitação deverá garantir absoluta igualdade entre os interessados, princípio maior do qual se originam os demais princípios da licitação (...).

Além disso, a própria Constituição fundamenta isso em seu art. 37, inciso XXI:

Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de

licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, [...].

O simples fato de o objeto do certame serem três itens em um único lote e somente beneficiar empresas que fabricam implementos reduz a competitividade e cria um tratamento desigualitário aos licitantes beneficiando somente um tipo de empresa: a que fabrica baús. A isonomia pressupõe a igualdade aristotélica, tratamento desigual aos desiguais o que contraria ao que o próprio regulamento de licitações tenta buscar.

Art. 2.º O presente Regulamento deve ser interpretado de acordo com as premissas afetas à natureza jurídica privada dos serviços sociais autônomos, em especial:

I - Seleção da proposta mais vantajosa e garantia da transparência, **da isonomia**, da ética, da integridade, da legitimidade, da eficiência, da celeridade e da objetividade da aplicação dos recursos, práticas de controle e de colaboração, bem como o alcance de suas finalidades institucionais;[...].

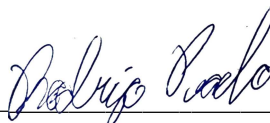
Deste modo, A exigência de fornecimento do caminhão chassis e baú em um único lote resultaria em custos desproporcionais, perda de vantagem na licitação e benefícios discriminatórios para algumas licitantes, contrariando a economicidade e a igualdade de condições entre os licitantes, conforme preconiza a resolução vigente e os princípios norteadores das licitações.

Pedidos

Diante do exposto, requer seja recebida a presente IMPUGNAÇÃO, e, portanto, seja feita a suspensão do EDITAL, para alteração do objeto.

Caso assim não entendam, que seja feita a divisão do objeto da licitação em dois lotes.

Curitiba, 05 de junho de 2024.



Rodrigo Prado
Sócio Administrador